

et à hmnt o | l nta h l l h l n t
l l t hal t n o l d
t t a l l n o l

Grácia Lopes Lima²

“Nas últimas décadas, manifestações ocorridas na sociedade civil vêm revelando a existência de uma comunicação diferenciada: as pessoas, ao participarem de organizações e movimentos comprometidos com a solução dos grandes problemas sociais, acabam inseridas num processo de educação não formal relacionado diretamente a propostas populares de formação para a cidadania. Nesse sentido, estaríamos diante de um fenômeno novo, mobilizador; com exigências teórico-metodológicas que nem sempre contam do ideário ou das práticas previstas para o ensino formal.” (SOARES, 2003)

A metodologia em questão nasce num momento em que a comunicação comunitária no Brasil dava mostras de que ela poderia contribuir para a formação de gente que, ao falar pelo rádio, aprendesse a se responsabilizar pela própria palavra, que estando em sintonia consigo, por consequência, conseguisse ouvir de fato o outro e com ele aprendesse a cuidar mais de seus sonhos, necessidades e projetos.

1Tomamos aqui o sentido latino do termo, derivado do antepositivo talh-, talèa, ae 'chantão ou tanchão, significando o ramo que se finca na terra para criar raízes e formar uma nova árvore. Uma vez plantado o ramo, inaugura-se a imprevisibilidade da árvore. O tamanho da sua raiz, do tronco e da copa, o viço das folhas, o lado para onde vai se inclinar, quanto tempo ela vai viver não depende apenas de um elemento. Em suma: a metodologia apresentada não se concebe como manual prescritivo. Seria incoerente com o que pretendemos através dela. O que buscamos, sim, é tornar evidentes nossos compromissos com uma educação que se vale dos meios de comunicação para o desencadeamento de processos de autoria – condição para a constituição de sujeitos autônomos, e também com a comunicação comunitária, como forma de negação radical ao controle oligopolizado dos meios de comunicação no Brasil. E por que chamar de metodologia, então? Talvez porque “estilo”, “atitude” ou “postura”, palavras que melhor traduzem o que fazemos, causem estranhamento, desviando a atenção de questões importantes, como estas: que produzir comunicação é direito humano a ser exercido por todas as pessoas; que as tecnologias e linguagens midiáticas podem ser utilizadas como instrumentos que possibilitam aos envolvidos no processo de criação reconhecerem-se nas próprias palavras e imagens que produzem; que do exercício de envolvimento consigo e com o outro, é possível resignificarem suas histórias pessoais e coletivas.

2 Grácia Lopes Lima é mestra em Comunicação (ECA/USP) e doutora em Educação (FEUSP)

Era o começo de um tempo cheio de esperança, muito diferente de épocas anteriores. Não à toa, uma constatação das possibilidades reais desse novo tempo nascia como fruto da observação do que um bando³ de dez crianças fazia com a palavra, quando ocupava espaços de comunicação, por onde antes só transitavam adultos que se consideravam especialistas, formados ou não, no assunto.

Mas, por que tamanho maravilhamento com uma experiência aparentemente tão simples, vivida com seres tão pequenos? E por que chamar de Cala-boca já morreu o modo de produzir comunicação concebido com esse bando? Por fim, por que estender esse mesmo nome a todas as demais produções de comunicação que doravante passaríamos a desenvolver com vários outros grupos?

Para responder a estas questões, é preciso destacar aqui alguns aspectos da Educação e da Comunicação que, do nosso ponto de vista, contribuíram para a nossa formação como povo.

Vamos, inicialmente, tomar o termo Educação como um conjunto de mecanismos, institucionais ou não, que exercem influência sobre o nosso modo de pensar e lidar com a vida, conosco e com os outros, e recuperar algumas de suas consequências sobre a formação do povo brasileiro. Essas ações, porque transmitiram valores específicos de um determinado grupo de pessoas, num determinado tempo, muito contribuíram para configurar o tipo de sociedade em que vivemos.

Assim sendo, não é possível esquecer os efeitos de mais de três séculos de escravidão, dos variados tipos de relações sociais essencialmente marcadas pelo clientelismo, bem como dos anos em que ditadores se revezaram no poder. Esses períodos todos, marcados por castigos físicos hediondos e outros

³ Estamos nos referindo às crianças participantes do Projeto Cala-boca já morreu (<http://www.cala-bocajamorreu.org>), a quem atribuímos o significado de **! o** sinônimo de "aves, especialmente fora do período reprodutivo, que permite melhorar o desempenho individual na procura de alimento e na segurança contra os predadores". (Houaiss)

tipos de punições aviltantes que causaram dores, muitas vezes mais agudas do que as sentidas no corpo, funcionaram como forma eficiente de ensinar à maioria a submissão através do medo:

Provisoriamente não cantaremos o amor,
que se refugiou mais abaixo dos subterrâneos.
Cantaremos o medo, que esteriliza os abraços,
não cantaremos o ódio porque esse não existe,
existe apenas o medo, nosso pai e nosso companheiro,
o medo grande dos sertões, dos mares, dos desertos,
o medo dos soldados, o medo das mães, o medo das igrejas,
cantaremos o medo dos ditadores, o medo dos democratas,
cantaremos o medo da morte e o medo de depois da morte,
depois morreremos de medo
e sobre nossos túmulos nascerão flores amarelas e medrosas.

(CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE, 1940)

Esse modelo cruel e desumano de pensar e de agir, do nosso ponto de vista, explica, em grande medida, por exemplo, porque fomos durante tanto tempo – em que pesem os movimentos de resistência que sempre existiram – um povo que soube tão bem aguentar, silenciar, consentir... Explica também por que nas relações que estabelecemos nos é tão fácil, em maior ou menor escala, causar sofrimento nos outros e abusar do poder.

Sustentados por uma sólida pedagogia tradicional e tecnicista, valores como esses nos foram repassados também pela Educação formal. Na escola, muito se ensinou a obediência e a infração. Aprender a andar em fila, atender ao sinal, sentar um atrás do outro – sinônimos de ordem e de educação – para boa parte dos professores, nos levaram a associar respeito à obediência de comando; olhar a nuca, ao invés dos olhos nos ensinou a não conversar com os companheiros sobre nossa vida em comum. Calar para ouvir e aceitar toda espécie de autoridade, provar conhecimento repetindo palavras dos outros,

tirar boas notas para ser motivo de orgulho para a família, ou por medo de ficar de castigo ou apanhar, promoveu a aprendizagem da competição, conseqüentemente, da mentira, da violação de regras.

A par da instituição escolar, um outro aparato, sem finalidades educativas explícitas, igualmente contribuiu para que esses traços culturais e ideológicos fossem incorporados às nossas ações cotidianas. Se antes, os colonizadores a serviço do rei, ao se aproximarem e nos seduzirem com espelinhos, nos assustaram com demônios e caldeirão do inferno, interferiram em nossas crenças e, conseqüentemente em nosso comportamento, o equivalente tenta nos fazer a mídia.

Aos poucos os meios de comunicação foram fazendo com que boa parte de nós crêssemos em outros tipos de “deuses”, já não mais divinos, mas ídolos, igualmente frutos da criação humana, “modelos de identificação: assim como o santo representa para a comunidade religiosa um modelo de virtude”. (SODRÉ, 1981:150)

Comparando-se a eles, um sem-número de pessoas sente-se inferiorizada e passa a copiá-los, a reproduzir, mesmo que grosseiramente, seus gestos, seu vocabulário, e, principalmente suas roupas e idéias. Se, contudo, nas relações vividas na instituição escolar e familiar a expressão “cala-boca⁴”, tão comumente usada quando são contrariadas vontades e ordens arbitrariamente estabelecidas soa aos gritos, garantindo seu entendimento imediato, o mesmo não acontece quando nos relacionamos com os meios de comunicação que, apesar de serem bens públicos e devessem obedecer a critérios legais de concessão de uso, são utilizados para fins privados⁵⁴, à revelia da Constituição

4 O dicionário Houaiss registra duas acepções regionalistas para essa expressão: a primeira delas significando “suborno, dinheiro, compensação que se dá para calar a boca de alguém, para impedir reclamações, denúncias, demonstrações de insatisfação etc.; cala-boca” e a outra, usada em Minas Gerais, como sinônimo de “cacete grosso e de pequeno tamanho”, alusão a “pedaço de madeira resistente, mais ou menos cilíndrico, de comprimento não muito grande, geralmente mais grosso numa das pontas, e usado especialmente para desferir pancadas”.



Nacional. Nesse setor, o “cala-boca” age de forma velada, tácita. Enquanto permanecemos “boquiabertos” diante deles

“(…) as emissoras as utilizam (as concessões) para promover a criminalização dos movimentos sociais e impor uma agenda política que lhes interessa. Também é comum a discriminação contra mulheres, negros, indígenas, homossexuais, pessoas com deficiência e idosos, além de determinadas religiões e classes sociais. Estipulam padrões estéticos, éticos e morais, impondo valores que promovem e perpetuam preconceitos.”

(INTERVOZES, 2007:2)

O encantamento diante do referido bando de crianças que deu origem à metodologia Cala-boca já morreu, pois, vem daí: do reconhecimento do potencial da comunicação comunitária. Pautada pelo uso da palavra como exercício do pensamento, a partir da aprendizagem da escuta não só de vozes dos outros, mas principalmente das nossas próprias, ela pode nos levar a reconhecer o papel que desempenhamos nas diferentes esferas sociais que explica a “engrenagem” do tipo de vida que mantemos.

“Cala-boca já morreu” representa, pois, a esperança de que mais e mais pessoas, tal qual aquele pequeno grupo de crianças, também tenha assegurado o direito humano de produzir comunicação, independente de idade⁵, etnia, gênero, condição sócio-econômica. E que, em assim sendo, contribuam para a afirmação da liberdade e a negação radical de toda forma de dominação e exploração.

Nesse sentido, a produção coletiva de comunicação, na perspectiva da Educomunicação, concebida como sinônimo de Educação pelos Meios de

⁵ O artigo 13º da Convenção sobre os direitos da criança afirma "A criança tem direito à liberdade de expressão. Este direito compreende a liberdade de procurar, receber e expandir informações e idéias de toda a espécie, sem considerações de fronteiras, sob forma oral, escrita, impressa ou artística ou por qualquer outro meio à escolha da criança."



Comunicação, ultrapassa o sentido instrumental da educação e

“(...) como fim em si mesma valoriza o conhecimento de si mesmo através do conhecimento do mundo e, neste sentido, necessita de nossos conhecimentos, informações e, sobretudo, de nossa interlocução, para auxiliá-la na autoconstrução de sua própria pessoa. As decisões sobre sua inserção e engajamento profissional, social, político, cultural, etc. são decisões íntimas e intransferíveis da própria pessoa.”

(FERREIRA SANTOS, 2004: 34)

n t o a l n t a h l l h l n t

(...) Somente o diálogo, que implica um pensar crítico, é capaz, também de gerá-lo. Sem ele não há comunicação e sem esta não há verdadeira educação.

(FREIRE, 1992:83)

Observamos que nem todos os grupos iniciam seus trabalhos de produção coletiva de comunicação da mesma maneira. Entre crianças é comum a atividade ser desencadeada a partir de expressões como “eu quero ser repórter”, ou “vamos fazer um ‘filme de terror’?”, o que leva o grupo a pensar em assuntos ou argumentos que melhor sirvam para realizar esses desejos.

Públicos de outras idades começam, às vezes, conversando sobre o tratamento ou a forma que dariam a um assunto que viram ou ouviram recentemente na mídia. Outros iniciam avaliando o trabalho anterior do próprio grupo, antes de pensarem na nova criação.

6 Também nomeados por nós, durante os anos de 2001 a 2004, como “Metodologia das **l a** Etapas”, nas orientações para a equipe do Projeto educom.rádio, disponível em www.portalgens.com.br/livroeducomunicacao

Por esse motivo, as descrições que seguem nomeiam os movimentos realizados pelos grupos envolvidos com produção coletiva de comunicação, não devendo ser confundidas com normas para serem seguidas, obrigatoriamente, na ordem em que aqui aparecem.

t l o a n t o a t t o l l a

“Tudo o que eu não invento é falso”

MANOEL DE BARROS, 2006

Questões como centralização do poder, ou seja, existência de um mentor intelectual determinando as tarefas de seus subalternos, produção determinada pelo preço da encomenda ou para atender regras estabelecidas por patrocinador, encontram-se embutidas nesta etapa.

O levantamento e a definição da pauta é o momento em que cabe ao grupo, formado por crianças, usuários da saúde mental, professores, idosos ou jovens – não importa – decidir com total liberdade sobre o que quer tornar público. Disponibilidade para a escuta e capacidade argumentativa constituem a tônica desse momento da criação coletiva.

Quando isso acontece, observamos que, independente da idade dos integrantes, sempre alguém se auto-convoca para desencadear a partir da pergunta “Sobre o que a gente vai falar?”, uma acirrada discussão, entremeada de vozes inflamadas e silêncios que incomodam.

Compreensível, afinal aprender a pensar e decidir por si mesmo (ou “pela própria cabeça”, como sabiamente o povo diz) não é uma tarefa das mais simples. Não falta quem nessa hora sintam e demonstrem insegurança, pedindo

que o mediador dê uma ideia ou, que pelo menos, diga se o que estão planejando “está certo, se é assim mesmo”.

Uns permanecem quietos, não opinam mesmo que instigados; outros, impacientes e afoitos, vão tentando desde o princípio impor sua opinião, alegando que o “o tempo está passando” e que se vacilarem não conseguirão terminar o que precisam, muito lembrando as comparações de George Woodcock sobre a sociedade ocidental e as sociedades mais antigas da Europa e do oriente que

“(…) se transformaram em relógios, a repetir sempre as mesmas ações com uma regularidade em que nada se parecia ao ritmo natural da vida. Tornaram-se, para usar uma expressão vitoriana, “tão regulares quanto os ponteiros de um relógio”

(WOODCOCK, 1977:120)

Não raro, habituados que fomos a decidir somente por contagem de votos, o grupo encurta a discussão e parte para uma outra etapa do trabalho. Sugerimos, nesse caso, que haja, ao menos, a possibilidade de se abster de votar e que estes, além de abertos, possam ser justificados, de modo que essa simples ação sirva para que os participantes do grupo se conheçam melhor e, de fato, vivenciem os efeitos de uma decisão efetivamente tomada pelo grupo.

Para não repetir, ingenuamente, nas produções coletivas de comunicação na perspectiva da Educomunicação procedimento semelhante ao de grandes empresas de comunicação, precisamos submeter à crítica alguns aspectos que caracterizam o processo de produção de mensagens nesses espaços. Um



deles, retomando a análise sociológica de Bourdieu sobre como são “fabricadas” as notícias na televisão, diz respeito ao mecanismo estrutural que leva o jornalista a ser tanto manipulador quanto manipulável. Manipulador porque, ao aceitar, por exemplo, dar destaque a notícias de variedade⁷, impor tema e tempo para entrevistados, escolher imagens que não fazem “cair o queixo do burguês”, nem “do povo”, dentre outros mecanismos de controle da informação, contribui para transformar o que poderia ser “um extraordinário instrumento de democracia direta” em um “instrumento de opressão simbólica”. (BOURDIEU, 1997:22-26). Manipulável porque, com frequência, é conivente com esse jogo, sem ter consciência de que profissionalmente sustenta e aprimora tal opressão.

Além disso, porque se conforma às regras políticas e econômicas que definem o papel que lhe cabe nos meios de produção e divulgação de informação. A questão se relaciona à ética, portanto, e sobre esse aspecto que direcionamos o que segue.

Submeter-se ao comando de alguém, dependendo dele, inclusive para se manter na empresa, legitima a incapacidade intelectual de tomar decisões e, principalmente, de criar. Ser operador e ideias dos outros transforma, seja qual for a atividade, em ação burocrática, mecânica, que exige do corpo quase tão somente o exercício dos músculos. Não ser autor equivale a produzir comunicação como quem “fabrica” bens ou utilidades para satisfazer necessidades humanas.

Ora, reiteramos que as atividades na perspectiva da Educomunicação propõem-se a contribuir para a formação de indivíduos autônomos, capazes de se livrar de toda tentativa de dominação. Portanto, a proposta de que toda produção de comunicação seja coletiva não é aleatória. Trata-se de uma opção

⁷ Assim são chamadas pelo autor as notícias sensacionalistas em torno de temas genéricos ligados a sexo, crime ou dramas que não causam controvérsia e que, por distraírem o espectador, ocultam coisas que o capacitariam a exercer seus direitos como cidadão. (Bourdieu, 1997:23- 24).



e isso precisa ser melhor entendido.

Quando realizamos em grupo determinada tarefa, as relações que estabelecemos podem nos permitir ver as atitudes que tomamos em relação uns aos outros refletidas no processo de sua realização. Essa relação intensa escancara, quer queiramos ou não, os conceitos que efetivamente sustentam a ação de cada um, tais como respeito, solidariedade, cooperação.

Quando esse modo de produzir comunicação se transforma em objeto de nossas reflexões, acreditamos ser possível dar início a um novo modo de relacionamento social, onde o trabalho (consideremos assim toda produção de comunicação realizada) não contribui para fragilizar e alienar o homem de si mesmo. Antes: fornece elementos para que, analisando como o realizamos, entendamos o grau de dedicação que empenhamos nessa proposta que parte da auto-convocação e não do cumprimento de ordens.

Por esses motivos, propomos que os participantes dos grupos, independente do grau de instrução, de origem, gênero, nível cultural e faixa etária de seus integrantes tenham assegurado o direito de opinar em todas as etapas da atividade e mesmo realizar qualquer uma das funções necessárias para a produção de uma mensagem.

Nesta etapa da metodologia, portanto, o grupo dá forma concreta às idéias coletivamente escolhidas para as produções: decide gênero e formato mais conveniente para a proposta, define a duração da produção, divide tarefas de acordo com as necessidades, entre outros itens.

Desse exercício sistemático de observar com rigor as questões inter-pessoais que vêm à tona quando coletivamente realizamos uma tarefa, podem surgir, inclusive, alterações no tratamento técnico das mensagens. Assim foi que a pré-edição passou a fazer parte da etapa de produção descrita nesta metodologia.

As considerações de um grupo de professoras integrantes da formação para a criação coletiva de vídeo, durante a 1ª fase de implantação do Programa de Educomunicação de Sorocaba/SP, em 2001, desencadearam na equipe do GENS várias reflexões que nos levaram a reestruturar o modo de ensinar.

Constatamos, inicialmente, que elas não encontravam tempo para “decupar” as fitas das gravações que conosco realizavam, semanalmente, em meio às tantas tarefas escolares. Era muito difícil, senão impossível para elas, fazer levantamento minucioso das imagens e dos sons gravados, indicando a posição e o tempo de duração de cada trecho, para servir de referência ao trabalho que ainda teriam pela frente: o de edição de suas produções. Ou seja, essa sequência: definir tema, roteirizar, colher imagens, decupar, editar, para só depois concluir o trabalho, dava mostras suficientes de que era ineficaz.

Observando a reação daquelas professoras, e nos dispendo a mudar o que fosse preciso para recuperar o ânimo delas pela criação e, assim, contribuir para que a produção de vídeo fosse incorporada ao cotidiano da escola, sem o peso de “um fardo”, nos levou a retirar a fase de decupagem das imagens e substituí-la pelo que passamos a chamar de **t** .

Das reflexões sobre a prática, inicialmente voltadas para a produção de imagem, revimos conceitos importantes que passaram a ser incorporados para as demais produções coletivas de comunicação.

t

(...) eu aprendera que as imagens pintadas com palavras eram para se ver de ouvir. (...) Arrisquei fazer isso na cega. Depois que meu avô me ensinou que eu pintara a imagem erótica da Manhã. Isso fora.”

(MANOEL DE BARROS, 2006: Pintura III)

Corresponde ao momento em que cada um do grupo (e não apenas um especialista no assunto) se dedica a procurar com os olhos e ouvidos – órgãos diretamente responsáveis pela visão e audição, e com outros “equipamentos” responsáveis pela percepção, o que precisa para compor a criação coletiva.

“Nós no movemos entre formas”, nos lembra Ostrower (1987: 9). Assim, a pré-edição é um tempo de silêncio dedicado ao exercício de aguçamento da observação sobre o que está em volta. É uma oportunidade para prestar mais atenção no tom das cores, nos efeitos de claro e escuro, nos detalhes da natureza, das pessoas, animais e objetos. É entrar em sintonia com o material que a própria vida nos dispõe para incitar a imaginação e a reflexão.

Essa atitude é similar ao de garimpeiro⁸, que com paciência e meticulosidade cavuca a terra em busca de preciosidades. Ou seja, um trabalho que precisa de ferramenta, mas que só com ela não se realiza. A qualidade do trabalho pressupõe intimidade entre o homem, a terra e a ferramenta.

O mesmo sentido se dá nas produções de comunicação. De nada adiantam a câmera e o gravador se eles não forem manuseados por quem sabe que esses equipamentos não são mais do que meios para expressar o que sentem e pensam sobre as coisas do mundo.

Passado esse momento de coleta de imagens e sons, o grupo ouve o significado de cada uma das sugestões e decide por aquelas que comporão a mensagem final.

Na sequência, com os recursos tecnológicos de que o grupo dispõe, a produção passa a ser gravada, já na ordem estabelecida, a começar, se quiser, pelo título da produção e demais elementos que julgarem convenientes, incluindo a ficha técnica ou “assinatura” dos criadores.

⁸ Ilustra esse trabalho de garimpagem o vídeo-documentário Os bichos, realizado por um grupo de crianças entre 8 e 11 anos de idade, disponível em <http://portalgens.com.br/livroeducomunicacao/home/formal.html>



Ao final da gravação, o produto está praticamente pronto, bastando apenas ser assistido para que o grupo decida pequenos acertos de finalização.

O momento em que assistem ao que produziram confirma, mais uma vez, a riqueza do processo. Não há grupo algum, inclusive o de meninos e meninas considerados os mais bagunceiros, que nesta hora não se aquiete e, num silêncio profundo não se embeveça do que ouve e vê. Porque se re-conhecem no que é projetado, se concentram e, demonstram alegria.

Não à toa, nessas horas, ao término da exibição dizem: Vamos ver de novo?

Do encantamento resulta a vontade de continuar a produzir, ou seja, de aperfeiçoar o ofício de artesão da própria criação.

t t oã

Etapa em que os participantes tornam público a mensagem escrita, radiofônica ou audiovisual que juntos idealizaram. Independente de sua duração, esta fase confere à produção coletiva de comunicação, na perspectiva da Educomunicação, a dimensão da importância do outro na constituição de sujeitos autônomos⁹.

Toda exibição pública faz com que nos percebamos expostos integralmente. Por isso nosso organismo, nos mais variados graus, reage ao reconhecer a singularidade desse momento: o coração acelera, a respiração descompassa, as mãos gelam, a barriga dói.

Apesar do desconforto, saber-se percebido nos leva a ficar mais centrados em nós mesmos. Passamos a cuidar do nosso discurso. Pensamos, antes de dizer.

⁹ Exemplo de grade de programação de uma Rádio-Escola, cujo horário de funcionamento não excede a 30 minutos, 15 no período da manhã e 15, no período da tarde.



Fazemos uma seleção de palavras para melhor expressar as idéias e sentimentos que queremos transmitir. Num esforço de nos fazer entender, ensaiamos até, mesmo que mentalmente, a sequência das frases, a entonação, os gestos, pois queremos ser convincentes e nos mostrarmos competentes para o que nos dispusemos.

Essa vontade de realizar uma boa comunicação em meio à insegurança de não sabermos se vamos conseguir, em certa medida, explica porque às vezes, até imitemos modelos de sucesso já reconhecidos de escritores, apresentadores de rádio ou de televisão.

Se as etapas que antecedem a apresentação, contudo, forem intencionalmente voltadas para o entendimento do que se pretende com a produção coletiva de comunicação, maiores serão as possibilidades de transformarmos esse momento em uma oportunidade de aprendermos a valorizar o nosso próprio jeito de falar sobre o que nos interessa. Será a hora de não sentirmos vergonha do sotaque da nossa região, de usarmos expressões locais para melhor traduzirmos determinadas notícias, por exemplo, lembrando que

Ninguém comete erros ao falar a sua própria língua materna, assim como ninguém comete erros ao andar ou respirar. Só erra naquilo que é aprendido, naquilo que constitui um saber secundário, obtido por meio de treinamento, prática e memorização: erra-se ao tocar piano, erra-se ao dar um comando ao computador, erra-se ao falar/escrever em língua estrangeira. A língua materna não é um saber desse tipo: ela é adquirida pela criança desde o útero, é absorvida junto com o leite materno. Por isso qualquer criança entre os 4 e 5 anos de idade (se não menos) já domina plenamente a gramática de sua língua.

(BAGNO, 2008: 149)



A apresentação, assim concebida – como um aprendizado de que a partir da aparição pública de cada indivíduo, todo um grupo social se fortalece, é de suma importância nesta metodologia. Porém, como já frisamos várias vezes, entre entender e incorporar essas convicções às ações há um longo processo a ser percorrido, pois não se muda a história de uma hora para outra. Para agir é preciso estar convencido. Por esse motivo, insistimos na necessidade de as crianças terem também garantido o direito de produzir comunicação e, tal qual outro público, apresentarem suas produções. O exercício constante de criar e de estabelecer diálogo com um receptor, com o tempo, faz visível a força de transformação que possui a palavra partilhada.

Sobre modos de realizar apresentação, cabem também algumas considerações que, por mais que já tenham sido feitas, nelas insistimos: antes de definir o que fazer, é fundamental ponderar sobre “por que” fazer deste ou daquele jeito. Apresentação gravada ou “ao vivo” podem ser excelentes de igual maneira, desde que sejam opções tomadas pelo grupo e não por alguém que por ele se julgue único responsável.

Gravações permitem ensaiar, ver e rever várias vezes o que vai sendo criado. De certo modo, esse procedimento de “voltar” a um mesmo ponto pode permitir ao grupo e a cada integrante em particular colocar-se no lugar do receptor da própria mensagem e contribuir para alterar o que for necessário para que a mensagem seja mais vigorosa e interessante. Colocar-se no lugar de um outro é um recurso que pode aguçar o entendimento de que comunicar é uma ação transitiva, ou seja, que significa querer estabelecer contato com alguém sobre algo que se julga importante.

Apresentações “ao vivo” se diferenciam substancialmente das gravadas. Como bem nos diz Marcos, o menino da Rádio LEAS, do documentário **t** : “ao vivo” dá um negócio que você nem imagina!.



Realmente é inimaginável o que os minutos desencadeiam naquele que se apresenta e, ciente da duração da apresentação, sabe que é preciso muita rapidez para escolher e organizar as palavras, para dizer o que precisa do jeito que gostaria; que sabe que seu possível nervoso ficará escancarado diante do público receptor; que dele dependem seus colegas para dar continuidade ao que planejarem.

Em suma, “ao vivo” a relação com o tempo passa a ser muito mais intensa. Os segundos, às vezes, podem parecer séculos. Aprender a lidar com a insegurança, com o imprevisto, contudo, podem contribuir para o exercício da atenção concentrada, tão necessárias para uma boa comunicação.

A terceira maneira de promover apresentação é realizar Mostras que, diferente do que se convencionou chamar de festival, não promove competição, nem tampouco entrega prêmio para alguns de seus participantes, baseado no julgamento dos trabalhos por um corpo de especialistas.

Promover disputa não combina com quem sonha com uma sociedade pautada pela fraternidade. Eleger “melhores” coloca uns contra os outros, causa tristeza, frustração. As Mostras pretendem recuperar o sentido original de festival, do latim *festívus*, festivo, alegre; onde há festa, divertimento’. Com palavras mais objetivas, elas estão comprometidas tão somente com a partilha, posto que se concebem como oportunidade para que todas as pessoas usufruam do direito previsto no artigo V, inciso IX, da Constituição Brasileira que declara: é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.



o t l t t t t a

Retiramos dessa etapa a palavra “avaliação”, posto que seu objetivo não é atribuir valor, em forma de nota ou preço, ao produto de comunicação. Menos ainda, colocar sob julgamento de um ou mais avaliadores técnicos a qualidade do trabalho coletivo realizado.

O que pretendemos não se resume em verificar se o produto final atingiu determinado “público-alvo” ou detectar componentes técnicos que faltam para que isso aconteça. Fosse essa intenção, incluir na equipe um especialista qualificado, preferencialmente, formado pelos renomados cursos de comunicação que existem em nosso país, asseguraria o sucesso das produções.

Desejamos que o produto desencadeie no grupo uma leitura que permita a ele reconhecer como se deu o processo de produção de comunicação. Estamos nos referindo, mais uma vez, à necessidade de o grupo atentar com rigor às relações estabelecidas entre os seus integrantes para a realização da tarefa a que se dispôs.

Por isso é um momento que prescinde de especialistas e, caso eles componham o grupo (hipótese nunca descartada), que se coloquem no mesmo patamar de importância dos demais. Isso significa ter que abrir mão da vaidade e do status conferido por títulos e diplomas, pois muitas vezes estarão ao lado de gente que mal escreve o próprio nome. Ter que aceitar que elas participem em pé de igualdade nas grandes discussões sobre o rumo da comunicação é algo que exige um imenso esforço para quem está acostumado a fazer parte de grupos seletos de discussão.

Para esse tipo de exercício não basta somente compreensão teórica. É preciso muito mais: é necessário reconhecer que o outro também é um sujeito, cuja



vivência o dota de saber, nem mais nem menos que o acadêmico, apenas diferente deste.

E, como não se trata de fazer apologia do senso comum, ou elogio panfletário ao menos favorecido, o mesmo empenho vale para o não-letrado (ou o menos letrado). Também ele é levado a se deslocar do lugar de quem não tem capacidade de entendimento mais elaborado da vida em sociedade, para o de um sujeito produtor de cultura e, portanto, co-responsável pela realidade.

Ou seja, esse modo de produção de comunicação pode constituir-se numa maneira de compreender as tramas das relações sociais presentes no cotidiano dos participantes da proposta. Por isso, afirmamos que, por mais bonito e bem feito que seja o produto, ele fica aquém da riqueza do processo, do percurso que levou o grupo a conseguir realizar o que se estampa no produto final.

Em suma, a metodologia Cala-boca já morreu se concebe: como um modo de produzir comunicação que se junta ao sonho de João Cabral de Melo Neto de que uma "manhã" seja tecida, com a consciência de um galo que sabe que

Sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
de um outro galo
que apanhe o grito que um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.
E se encorpando em tela, entre todos,
se erguendo tenda, onde entrem todos,
se entretendendo para todos, no toldo
(a manhã) que plana livre de armação.
A manhã, todo de um tecido tão aéreo
que, tecido, se eleva por si: luz balão.

(JOÃO CABRAL DE MELO NETO, 1966)



BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico, o que é, como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BARROS, Manoel. Memórias Inventadas. Segunda Infância. Editora Planeta do Brasil, São Paulo: 2006.

DRUMMOND, Carlos. Reunião. 10 livros de Poesia de Carlos Drummond de Andrade. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1971.

FERREIRA SANTOS, Marcos.. "Educação de surdos e Corporeidade: do silêncio ao grito na gesticulação cultural". In: Informativo Técnico Científico do INES. No 21, 2004.

FERREIRA SANTOS, Marcos. Crepusculario:conferências sobre mitohermenêutica e educação em Euskadi. São Paulo: Zook, 2004.

FERREIRA SANTOS, Marcos.. Humanitas: o cidadão educador e as relações de poder - possibilidades e limites da educação escolar. Revista Apase, São Paulo, v. IV, n. 04.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro. Graal, 7a ed., 1988.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HOUAISS. Dicionário HOUAISS da Língua Portuguesa. Disponível em <http://houaiss.uol.com.br>. Acesso em 25 de janeiro de 2009.

INTERVOZES. Boletim de novembro de 2007, p.2. Disponível em <http://www.intervozes.org.br>. Acesso em 27 de dezembro de 2008.

LOPES LIMA, Grácia. Educação pelos meios de comunicação ou Produção coletiva de comunicação na perspectiva da Educomunicação. São Paulo. Instituto GENS de Educação e Cultura, 2009.

LOPES LIMA, Grácia. Educomunicação. Psicopedagogia e Prática radiofônica. Estudo de caso do Programa de rádio Cala-boca já morreu. ECA/USP. Dissertação de Mestrado, 2002.



LOPES LIMA, Grácia e MELO, Teresa. Passo a passo para a conferência de meio ambiente nas escolas + Educomunicação: mudanças ambientais globais. Brasília: Ministério da Educação, SECAD: Ministério do meio Ambiente, SAIC, 2008.

LOPES LIMA, Grácia e MELO, Teresa. "Educomunicação e meio ambiente" In: Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) – Ministério da Educação 2007.

MELO NETO, João Cabral. A educação pela pedra. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1966.

SOARES, Donizete. Educomunicação: o que é isto?
Disponível em <http://www.portalgens.com.br/portal/educunicacao.html>

SOARES, Ismar de Oliveira. Alfabetização e Educomunicação. O papel dos meios de comunicação e informação na educação de jovens e adultos ao longo da vida. Disponível em www.usp.br/nce/wcp/arg/textos/89.pdf. Acesso em 22 de dezembro de 2008.

SODRÉ, Muniz. O monopólio da fala. Função e Linguagem da Televisão no Brasil. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1981.

WOODCOCK, G. Os grandes escritos anarquistas. Porto Alegre: L & PM, 1981.

<http://www.portalgens.com.br>

I h t l o t t



Detalhamento da metodologia cala-boca já morreu by [Grácia Lopes Lima](#) is licensed under a [Creative Commons Atribuição-Uso Não-Comercial-Vedada a Criação de Obras Derivadas 2.5 Brasil License](#). Based on a work at www.portalgens.com.br.
Permissions beyond the scope of this license may be available at <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5/br/>.